

Política de Exercício do Direito de Voto

Agosto / 2025

Versão 1.0

Válido a partir de	Agosto de 2025
Área responsável	Compliance
Autor	Newave Gestão de Recursos Ltda.
Contato	Diretor de Compliance
Destinatários	Público em geral
Versão	V1.0 – Agosto de 2025

Sumário

1. Introdução	4
2. Objetivo	Erro! Indicador não definido.
3. Critérios para Rateio e Divisão de Ordens	Erro! Indicador não definido.
4. Vigência e Atualização.....	Erro! Indicador não definido.

1. Introdução

A presente Política de Voto tem por objetivo estabelecer os requisitos e os princípios que nortearão a Newave Gestão de Recursos Ltda. (“Newave Capital” ou “Gestora”) no exercício do direito de voto em assembleias gerais, na qualidade de representante das classes e fundos de investimento sob sua gestão.

A presente Política de Voto aplica-se a toda Classe e Fundo de Investimento (“Fundo”) geridos pela Newave Capital, e, cuja política de investimento permita a alocação em ativos financeiros que contemplem o direito de voto (“Ativos”) em assembleias (“Assembleias”), exceto nas hipóteses previstas no parágrafo abaixo.

Esta Política de Voto não se aplica aos Fundos que (i) tenham público-alvo exclusivo ou restrito, desde que aprovada em assembleia a inclusão de redação no regulamento no sentido de o fundo adotar política de voto; (ii) apliquem em ativos financeiros cujos emissores estejam sediados fora do Brasil; e (iii) apliquem em certificados de depósito financeiro de valores mobiliários – “Brazilian Depositary Receipts” (BDR).

2. Princípios Gerais

A Newave Capital exercerá suas atividades buscando sempre as melhores condições para os Fundos, empregando o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma dispensar à administração de seus próprios negócios, atuando com lealdade em relação aos interesses dos cotistas e dos Fundos, evitando, assim, práticas que possam ferir a relação fiduciária com eles mantida e adotando os seguintes princípios gerais:

- (i) **Princípio da Boa-Fé:** norteia a adoção de comportamentos que estejam em consonância com os padrões éticos, de confiança e lealdade;
- (ii) **Princípio da Lealdade:** estabelece os alicerces de confiança e fidúcia no qual se fundamenta a relação entre os cotistas e a Newave Capital necessária ao desenvolvimento de suas atribuições, a fim de satisfazer as expectativas almejadas;
- (iii) **Princípio da Transparência:** garante o acesso às informações e permite a ciência e fiscalização do serviço prestado pela Newave Capital;

- (iv) **Princípio da Eficiência:** busca o emprego dos melhores esforços comercialmente razoáveis no alcance dos objetivos previamente estabelecidos, sem onerar excessivamente os Fundos, e, consequentemente, os cotistas;
- (v) **Princípio da Equidade:** assegura que será dispensado tratamento idêntico a todo e qualquer cotista dos Fundos; e
- (vi) **Princípio da Legalidade:** garante que a Gestora sempre atuará nos termos e limites estabelecidos pela legislação em vigor e nos regulamentos dos Fundos.

Caso o edital ou a carta de convocação não forneçam informações adequadas sobre os assuntos a serem votados, as gestoras farão o possível para obter os esclarecimentos necessários diretamente dos emissores dos títulos e valores mobiliários ou de seus representantes

3. Exercício da Política de Voto

Ressalvado o disposto abaixo, é obrigatório o exercício da Política de Voto em relação às matérias abaixo relacionadas (“Matérias Relevantes Obrigatórias”):

- (i) no caso de ações, seus direitos e desdobramentos:
 - a) eleição de representantes de sócios minoritários nos Conselho de Administração, se aplicável;
 - b) aprovação de planos de opções para remuneração de administradores da companhia, se incluir opções de compra “dentro do preço” (preço de exercício da opção é inferior ao da ação subjacente, considerando a data de convocação da assembleia);
 - c) aquisição, fusão, incorporação, cisão, alterações de controle, reorganizações societárias, alterações ou conversões de ações e demais mudanças de estatuto social, que possam, no entendimento da Gestora, gerar impacto relevante no valor do ativo detido pelo Fundo; e
 - d) demais matérias que impliquem tratamento diferenciado;
- (ii) no caso de ativos financeiros de renda fixa ou mista: alterações de prazo ou condições de prazo de pagamento, garantias, vencimento antecipado, resgate

antecipado, recompra e/ou remuneração originalmente acordadas para a operação;

(iii) no caso de cotas de Fundos:

- a) alterações na política de investimento que alterem a classe CVM ou o tipo ANBIMA do Fundo;
- b) mudança de administrador ou gestor, que não entre integrantes do seu conglomerado ou grupo financeiro;
- c) aumento de taxa de administração ou criação de taxas de entrada e/ou saída;
- d) alterações nas condições de resgate que resultem em aumento do prazo de saída;
- e) fusão, incorporação ou cisão, que propicie alteração das condições elencadas nas alíneas anteriores;
- f) liquidação do Fundo; e
- g) assembleia de cotistas nos casos previstos na regulamentação em vigor.

(iv) no caso de Fundos de Investimento Imobiliário (FII):

- a) Eleição de representantes de sócios minoritários nos Conselho de Administração, se aplicável;
- b) Aprovação de planos de opções para remuneração de administradores da companhia, se incluir opções de compra “dentro do preço” (preço de exercício da opção inferior ao da ação subjacente, considerando a data de convocação da assembleia);
- c) Aquisição, fusão, incorporação, cisão, alterações de controle, reorganizações societárias, alterações ou conversões de ações ou cotas e demais mudanças de estatuto e/ou contrato social, que possam, no entendimento do gestor, gerar impacto relevante no valor do ativo detido pelo FII; e
- d) Demais matérias que impliquem tratamento diferenciado, de acordo com o critério do gestor.

(iv.1) No caso de cotas de FII:

- a) Alteração da política de investimentos e/ou do objeto descrito no regulamento;
- b) Mudança de administrador, consultor imobiliário e/ou gestor, não integrantes do mesmo conglomerado ou grupo financeiro;
- c) Aumento de taxa de administração, criação de taxas de entrada ou criação ou aumento de taxa de consultoria;
- d) Apreciação do laudo de avaliação de bens e direitos utilizados na integralização de cotas do FII;
- e) Eleição de representantes de cotistas;
- f) Fusão, incorporação ou cisão, que propicie alteração das condições elencadas nas alíneas anteriores; e
- g) Liquidação do FII.

(iv.2) No caso de imóveis:

- a) Aprovação de despesas extraordinárias;
- b) Aprovação de orçamento;
- c) Eleição de síndico e/ou conselheiros; e
- d) Alteração na convenção de condomínio que possa causar impacto nas condições de liquidez do imóvel, a critério do gestor.

(iv.3) No caso dos demais ativos e valores mobiliários permitidos pelo FII: alterações de prazo ou condições de prazo de pagamento, garantias, vencimento antecipado, resgate antecipado, recompra e/ou remuneração originalmente acordadas para a operação.

A Newave Capital poderá, ainda, exercer o direito de voto em nome dos Fundos sob sua gestão para deliberar outras matérias que, a seu exclusivo critério, possa ser relevante aos interesses dos cotistas.

Para as Matérias Relevantes Obrigatórias, o Gestor precisará levar os pleitos ao Comitê de Investimentos explicando cada item e validando no comitê o voto de cada uma das matérias daquela assembleia.

Ainda que se trate de Matéria Relevante Obrigatória, o exercício da Política de Voto ficará excepcionalmente a exclusivo critério da Gestora, se:

- (i) a Assembleia ocorrer em qualquer cidade que não seja capital de Estado e não seja possível voto à distância;
- (ii) o custo relacionado com o exercício do voto não for compatível com a participação do Ativo no Fundo; ou
- (iii) a participação total dos Fundos sob gestão, sujeitos à Política de Voto, na fração votante na matéria, for inferior a 5% (cinco por cento) e nenhum Fundo possuir mais do que 10% (dez por cento) de seu patrimônio no Ativo em questão;
- (iv) houver situação de potencial conflito de interesse, observadas as disposições do Item 4 desta Política de Voto;
- (v) as informações disponibilizadas pela empresa não forem suficientes, mesmo após solicitação de informações adicionais e esclarecimentos, para a tomada de decisão;
- (vi) a aquisição dos ativos que atribuam aos Fundos a qualidade de acionistas ou cotistas tenha ocorrido posteriormente a data da convocação da respectiva Assembleia. Caso tal investimento sobrevenha no período entre a convocação e a realização da Assembleia a ausência de convocação, somada aos prazos operacionais necessários à efetivação do exercício do direito de voto, provavelmente, inviabilizará o comparecimento da Gestora, hipótese na qual o mesmo não poderá ser penalizado.

Não obstante o item (iii) acima, a Gestora envidará os melhores esforços comercialmente razoáveis para acompanhar todas as convocações de assembleias de ativos investidos, incluindo, mas não se limitando, o contato direto com os agentes fiduciários solicitando o cadastro do Fundo como credor e o monitoramento de comunicados e fatos relevantes públicos das investidas.

O voto a ser proferido em assembleia em caso de matérias não obrigatórias poderá ser decidido pelo responsável da Área de Gestão pela respectiva estratégia em que o Fundo se enquadra.

4. Conflito de Interesse: Procedimentos Aplicáveis

Em determinadas circunstâncias, a Gestora pode ter relacionamento com o Emissor dos Ativos, gerando um potencial conflito de interesse na participação de uma Assembleia Geral.

Serão consideradas situações de potencial conflito de interesse, dentre outras, aquelas em que: (i) a Gestora é responsável pela gestão e/ou administração ativos do Emissor ou afiliado e recomenda que outros clientes invistam em ações de tal Emissor ou afiliado; (ii) um administrador ou controlador do Emissor é administrador, cotista ou empregado da Gestora ou mantém relacionamento pessoal com o responsável pelo controle e execução desta Política de Voto (“Responsável”); e (iii) algum interesse da Gestora ou de um cotista, administrador ou empregado da Gestora possa ser afetado pelo voto e que seja considerada uma situação de conflito de interesse pelo Responsável definido no item 5 abaixo.

Na hipótese de conflito de interesse será observado o disposto no item 5 abaixo.

5. Processo Decisório de Voto

Nos termos da regulamentação aplicável, o administrador do Fundo outorgará à Gestora, mediante instrumento de procuração, os necessários poderes para o pleno exercício desta Política de Voto.

Serão observados os seguintes procedimentos de decisão, formalização e registro de voto:

- (i) ao tomar conhecimento da convocação da Assembleia e da respectiva Ordem do Dia, o Responsável proporá o voto que entender melhor refletir a presente Política de Voto, informando, se for o caso, a existência de potencial conflito de interesse;
- (ii) fará uma comunicação ao Diretor de Compliance da Gestora, indicando qual posicionamento será adotado, com as devidas justificativas; e
- (iii) o representante da Gestora comparecerá à Assembleia e exercerá o direito de voto nos termos definidos pelo Responsável.

Em situações de potencial conflito de interesse, salvo em caso de obrigatoriedade legal ou regulamentar e/ou de possível prejuízo ao(s) Fundo(s) ou cotista(s), o Responsável abaixo definido poderá decidir pela abstenção.

É responsável pelo controle e execução desta Política de Voto (“Responsável”) o Diretor de Gestão da Gestora.

6. Comunicação aos Cotistas

Ao final de cada mês, a Gestora disponibilizará ao administrador do Fundo e aos cotistas um relatório (“Relatório Mensal”) contendo os votos proferidos no mês encerrado em relação ao respectivo Fundo, bem como os casos de abstenção, com um breve resumo das respectivas justificativas.

A Gestora, a seu exclusivo critério, poderá encaminhar ao administrador informações a respeito de votos proferidos no interesse dos Fundos após as respectivas Assembleias, hipótese na qual ficará dispensado do envio do Relatório Mensal.

Caberá à área de Risco e *Compliance* disponibilizar aos cotistas e aos órgãos fiscalizadores as informações recebidas da Gestora relativas ao exercício desta Política de Voto, podendo tal disponibilização ser feita por meio de carta, correio eletrônico (e-mail) e/ou extrato acessível por meio da rede mundial de computadores (Internet).

7. Publicidade

A presente Política de Voto encontrar-se-á:

- (i) registrada na ANBIMA em sua versão integral e atualizada, estando disponível para consulta pública;
- (ii) disponível, em sua versão integral e atualizada, na rede mundial de computadores (Internet) no site: www.newavecapital.com.br

8. Disposições Gerais

Em observância ao disposto na regulamentação em vigor, constituem encargos dos Fundos, que lhe podem ser debitados diretamente, as despesas relacionadas, direta ou indiretamente, ao exercício de direito de voto pelo administrador ou por seus representantes legalmente constituídos, em Assembleias das companhias ou fundos de investimento, nas quais o Fundo detenha participação.

Na hipótese descrita acima as despesas decorrentes do exercício do direito de voto serão suportadas pelos Fundos representados na respectiva Assembleia, proporcionalmente às ações ou cotas detidas pelos Fundos.

Sempre que houver qualquer alteração, a presente Política será registrada novamente na ANBIMA, respeitado o prazo de até 15 (quinze) dias corridos contados de sua alteração.

* * *